

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE)

CNPJ: 06.977.747/0001-80

COMPANHIA FECHADA

**ATA DA 176ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL,
REALIZADA NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2022**

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e três minutos, por videoconferência, aprovada pelo colegiado devido à pandemia da Covid-19, reuniram-se o Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE): os Conselheiros LUIS FELIPE MONTEIRO SERRÃO e EDSON ANTONIO DA COSTA NERES. Ausente o Presidente do Conselho MAURÍCIO DE OLIVEIRA ABI-CHAHIN, que justificou sua ausência com antecedência. A reunião foi secretariada por mim, MARIANA DE ASSIS ESPÉCIE, Secretária-Geral Substituta.

ABERTURA.

Em virtude da impossibilidade de participação do presidente deste Conselho na reunião, os membros presentes elegeram o Conselheiro Luis Felipe Monteiro Serrão para presidir a reunião. O Presidente eleito cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM.

Diante da presença da maioria dos Conselheiros no exercício da titularidade, restou configurado o atendimento do quórum estatutário.

APRESENTAÇÃO.

Em consonância com o primeiro item de pauta, os conselheiros presentes aprovaram a ata da 175ª reunião do Conselho Fiscal, sendo solicitado ao Conselheiro Maurício Abi-Chahin o envio de suas eventuais considerações à ata por e-mail.

Em seguida, foram convidados o Superintendente de Recursos Financeiros Sandro Abílio e sua Adjunta Mariana Azevedo. Sobre as certidões, Sandro Abílio informou que ainda consta o processo administrativo na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, havendo o registro de correção monetária que aumentou consideravelmente o valor da dívida da EPE. Os conselheiros solicitaram que o Superintendente, em conjunto com a Consultoria Jurídica da EPE, avalie a possibilidade de celebração de acordo junto à Prefeitura para regularização da situação. Sandro Abílio indicou que fará as devidas interlocuções internas para verificar essa questão.

Após, o Superintendente resumiu a matéria da área referente a novembro de 2021, apresentando as certidões regularizadas, o extrato CADIN, os demonstrativos mensais das quatro unidades de faturamento do cartão corporativo, o Demonstrativo da posição do Endividamento, as Demonstrações Contábeis, com o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados. Sandro Abílio indicou que em novembro a EPE registrou receita pelo leilão de transmissão realizado pela Aneel, fato que ajudou a gerar o lucro observado para o mês. O Superintendente também destacou que outro fator que também contribuiu para o lucro nesse período foi o recebimento de recursos para o pagamento de salários. Continuou-se com a apresentação dos Demonstrativos de Análise da Receita Operacional, do Demonstrativo de Custos e Despesas Operacionais, dos Demonstrativos de Receitas e Despesas Financeiras e dos Demonstrativos com os Indicadores de Desempenho Financeiro. Questionado por Luis

Serrão, Sandro Abílio informou que o índice de endividamento da EPE está numa escala gerenciável, sendo o único indicador que é monitorado pela Sest.

Ato contínuo, foram apresentados os Demonstrativos dos Gastos com Salários, Encargos Sociais, Benefícios, Pessoal Requisitado e Honorários, o Fluxo de Caixa do Exercício, os Demonstrativos de Controle de Restos a Pagar e o Demonstrativo com a Composição da conta contábil “Despesas Financeiras”. Edson Neres solicitou informações sobre a redução considerável de gastos com pessoal em relação ao mês anterior. Sandro Abílio informou que essa redução se deveu ao aumento de concessão de licenças sem vencimentos no período.

Na sequência, Mariana Azevedo resumiu a realização orçamentária, considerando a posição em 30 de novembro de 2021. A Adjunta relatou que a execução orçamentária da EPE para o exercício 2021 se mostrou ainda melhor do que a indicação feita na Nota Técnica referente ao mês de novembro. Dentre os pontos de atenção, Mariana Azevedo destacou o elevado valor inscrito em restos a pagar, condição influenciada pela aprovação tardia do orçamento de 2021. Os conselheiros parabenizaram a equipe da SRF/DGC pelo acompanhamento da execução orçamentária feito por meio das Notas Técnicas mensais levadas à Diretoria Executiva, ressaltando que esse instrumento viabiliza de forma tempestiva a disponibilização de recursos para outros órgãos federais. Questionada por Edson Neres sobre o orçamento previsto para a EPE no PLOA 2022, Mariana Azevedo informou que praticamente todo o orçamento que havia sido solicitado para a EPE pelo Executivo foi aprovado pelo Congresso Nacional, sem previsão de condicionamento. A Superintendente Adjunta complementou dizendo que ter o orçamento aprovado logo no início do ano imporá novo ritmo para as contratações em 2022 e que as áreas da EPE já estão sendo acionadas para efetuar a revisão da captação orçamentária para o exercício, considerando o atual contexto da EPE.

A seguir, a SRF apresentou a planilha de licitações e contratações em andamento, ocasião em que os conselheiros pediram informações sobre a possibilidade de pagamento antecipado por três anos para alguns *softwares* que estavam sendo contratados pela EPE. Sandro Abílio e Mariana Azevedo informaram que essa possibilidade não avançou na Diretoria Executiva após análise interna sobre os potenciais riscos e benefícios. Os conselheiros concordaram que a decisão tomada pela Diretoria Executiva em não avançar nessa forma de pagamento foi acertada. Por fim, Luis Serrão solicitou informações sobre o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e os valores das diárias pagos pela EPE. Mariana Azevedo explicou que os valores praticados pela EPE seguem as indicações contidas na Norma de Viagens, traduzindo-se atualmente em formato diferente do que é praticado pela administração direta. Finalizadas as considerações, os convidados retiraram-se da reunião.

Em assuntos gerais, o Assessor da Presidência Carlos Carvalho foi convidado para apresentar o Balanço do Plano de Negócios 2021, relatando as atividades que foram concluídas no período de janeiro a outubro de 2021 no âmbito do Plano de Negócios 2021. O Assessor também apresentou o ciclo de Planejamento Estratégico da EPE, com as atualizações incorporadas ao ciclo 2022-2026 do Planejamento de Longo Prazo da EPE. Nessa mesma oportunidade, Carlos Carvalho também apresentou os resultados da Pesquisa de Satisfação e de Imagem do assessoramento da EPE ao MME para o ano de 2021. Os conselheiros parabenizaram o Assessor pelo trabalho realizado e o convidado retirou-se da reunião.

Em seguida, o Consultor Jurídico Bruno Bastos participou da reunião para apresentar os processos judiciais referentes ao terceiro trimestre de 2021, indicando que houve aumento de ações judiciais em relação ao trimestre anterior em virtude da realização dos leilões de geração

de energia, sendo a maioria Mandados de Segurança. Na ocasião, os conselheiros solicitaram informações sobre o processo administrativo para cobrança do ISS junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, reforçando o pedido para que seja buscada pela empresa a possibilidade de negociação haja vista que não há provisão orçamentária para esse processo administrativo. O Consultor Jurídico informou que a EPE possui vários recursos ainda em análise pelo Conselho de Contribuintes da Prefeitura, porém sem nenhuma análise conclusiva dos pedidos, e indicou que as possibilidades acerca de uma negociação serão avaliadas conjuntamente pela Conjur e a SRF/DGC em atendimento ao solicitado pelos conselheiros. Finalizados os esclarecimentos, o convidado retirou-se da Reunião.

Na sequência, a Chefe de Gabinete Mariana Espécie relatou as principais ações em curso para estruturar o retorno seguro às atividades presenciais da EPE, inicialmente previsto para janeiro de 2022 e postergado para fevereiro de 2022. Nessa oportunidade, Mariana Espécie deu destaque para as decisões da Diretoria Executiva sobre o assunto, além de apresentar a página que foi disponibilizada na intranet para que os colaboradores da empresa possam se atualizar sobre o assunto.

Por fim, Mariana Espécie apresentou e ofereceu esclarecimentos sobre as atas do Comitê de Auditoria (79ª), do Conselho de Administração (207ª a 209ª) e da Diretoria Executiva (625ª a 634ª) e a lista de pendências do Conselho Fiscal foi revista, sem maiores considerações.

ENCERRAMENTO.

Por fim, às doze horas e trinta e dois minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente da reunião Luis Felipe Monteiro Serrão agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 176ª Reunião do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Assim, eu, Mariana de Assis Espécie, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros participantes e por mim.

(Assinado Eletronicamente)

LUIS FELIPE MONTEIRO SERRÃO

EDSON ANTONIO DA COSTA NERES

MARIANA DE ASSIS ESPÉCIE